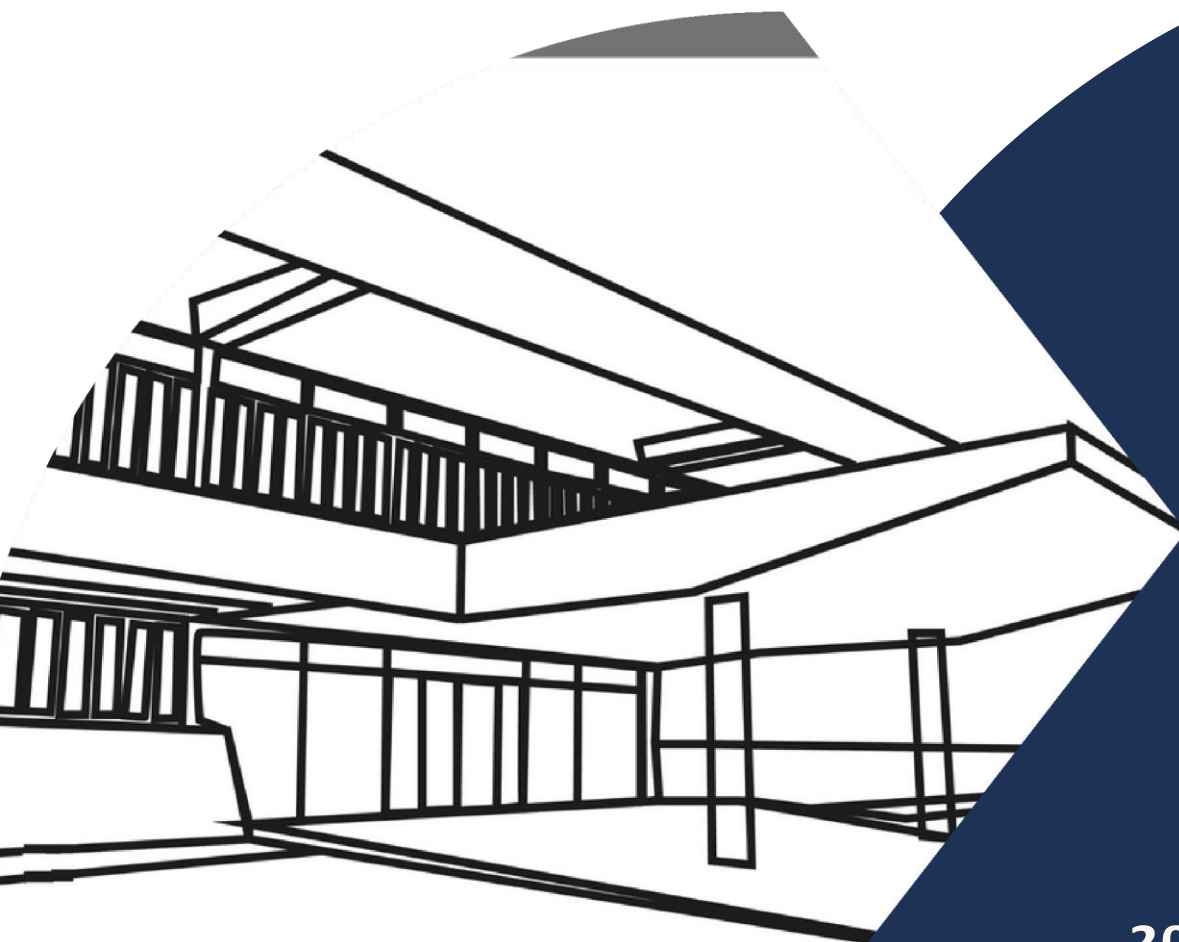


TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2018 - 2021

RELATÓRIO DE RESULTADOS

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO- CGE

+55 (63) 3218-2563 www.to.gov.br/cge

gabexecutivo@controladoria.to.gov.br



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

Wanderlei Barbosa Castro
Governador do Estado do Tocantins

Flávia Castro Cabral Moraes
Diretora Administrativa, Financeira e Contábil

Senivan Almeida de Arruda
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

Ana Paula Fernandes Lima
Assessora Jurídica

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno

Valdenice Rodrigues
Chefe da Assessoria de Comunicação

Simone Pereira Brito
Corregedora-Geral do Estado

Camila Heloísa Albuquerque Gayoso Castelo Branco
Gerente de Planejamento e Convênios

Arely Soares Carvalho Telles
Ouvidora-Geral do Estado

GUIA

01 APRESENTAÇÃO

Traz o Relatório de Resultados com o intuito de identificar os objetivos organizacionais da Controladoria.

02 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

Visão Geral, Base Legal, Missão e Estrutura Organizacional.

03 UNIDADES FINALÍSTICAS E SEUS RESULTADOS

Abordagem das unidades finalísticas da CGE, Controle Interno e Prevenção à Corrupção; Ouvidoria; Transparência de Controle Social; e Correição.

04 RESULTADOS ALCANÇADOS

Expondo os resultados alcançados das metas estabelecidas nos anos de 2018 a 2021 da Controladoria-Geral do Estado, cumprindo sua missão institucional e reafirmando o compromisso com os princípios e as diretrizes da administração pública estadual.



01 Apresentação

O presente Relatório demonstra os resultados das principais ações desenvolvidas pela Controladoria-Geral do Estado – CGE, nos exercícios de 2018 a 2021, em observância à legislação pertinente às funções de controladoria, auditoria governamental, ouvidoria e correição aplicados à Administração Pública Estadual.

A Controladoria-Geral do Estado não mediu esforços para o cumprimento de sua missão institucional, apresentando resultados satisfatórios das atividades desenvolvidas durante todos esses anos. O órgão buscou premissas de resultados positivos à gestão governamental estadual. Nesse sentido, promoveu ações de suporte técnico às unidades administrativas que compõem a estrutura do Poder Executivo Estadual, com o propósito de qualificar a aplicação dos recursos públicos.

Por todos estes avanços até agora conquistados pela CGE, o nosso objetivo que também se constitui um desafio, é continuar investindo na qualidade dos serviços prestados ao Governo do Estado e à sociedade, na diretiva da boa governança.

02 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

Visão geral

A Controladoria-Geral do Estado é órgão integrante da administração direta estadual, na esfera da Governadoria, responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, fiscalização, auditoria pública, prevenção à corrupção, ouvidoria e correição.

Base legal

A CGE desenvolve suas atividades com base na Lei Estadual nº 2.735, de 4 de julho de 2013, e na Lei Estadual nº 3.421, de 8 de março de 2019, e alterações, editadas por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual, regida por regulamento próprio, na forma de Regimento Interno, aprovado pela Portaria CGE nº 226, de 22 de dezembro de 2020, e pelas normas internas e pela legislação pertinente em vigor.

Missão

Controlar e avaliar a gestão pública para assegurar a eficiência e a eficácia da aplicação dos recursos e a efetividade das políticas públicas, promovendo a participação popular e a transparência em prol da sociedade tocantinense.

Estrutura Organizacional

A fim de garantir que sua missão seja alcançada e buscando ajustar sua estrutura organizacional às suas competências legais, de forma a executar todas as suas atribuições, a Controladoria-Geral do Estado está organizada em três unidades finalísticas: Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno, Corregedoria-Geral do Estado e Ouvidoria-Geral do Estado. O Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado é assistido diretamente por seu Gabinete, pela Secretaria-Geral, pelas assessorias Jurídica e de Comunicação, e pela Diretoria Administrativa, Financeira e Contábil. A estrutura organizacional básica da Controladoria-Geral do Estado está disposta na Lei Estadual nº 3.421, de 8 de março de 2019, e suas alterações.

03 UNIDADES FINALÍSTICAS

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

A Controladoria-Geral do Estado-CGE, por meio da Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno - SUGACI, exerce as atividades de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, sendo responsável por fiscalizar e auditar a gestão dos recursos públicos estaduais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicas.

Nesse contexto, cabe à CGE avaliar a execução de programas de governo; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos estaduais; exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo, em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal.

Durante a realização das suas atividades, a SUGACI mantém o foco no aprimoramento da gestão e da execução das políticas públicas, ao mesmo tempo em que oferece recomendações para o aprimoramento da governança e da operacionalização de controles internos da gestão de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Cabe ressaltar, que a Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas do Poder Executivo Estadual, realizada no âmbito do controle interno, visa verificar as informações prestadas pelos ordenadores de despesas, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO. Ela é dirigida não apenas ao TCE/TO, mas, sobretudo ao cidadão. É um instrumento de transparência à sociedade tocantinense pela confiança e recursos depositados junto ao Governo Estadual. Nesse mesmo sentido, é elaborada a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado do Tocantins, por força da Instrução Normativa TCE/TO nº 007/2004, encaminhada, posteriormente, à Assembleia Legislativa. Além disso, a Superintendência realiza a promoção de ações no campo da prevenção da corrupção, e proporciona por meio de instrutorias, capacitações e treinamentos aos agentes de controle interno, objetivando à disseminação do conhecimento em suas áreas de atuação.

CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO

A Corregedoria-Geral é unidade estratégica de direção, subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado, sendo responsável por zelar pelo cumprimento da legislação disciplinar, fiscalizar, orientar e colaborar no aprimoramento das condutas dos servidores públicos e na eficácia da prestação de serviço no âmbito do Poder Executivo Estadual, de acordo com a Lei Estadual nº 1.818/2007 e com a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Estadual, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846/2013.

Neste aspecto, possui as funções de instaurar e conduzir procedimentos administrativos disciplinares e de responsabilização de entes privados relativos à apuração de irregularidades cometidas por agentes públicos quando no exercício das funções públicas e das empresas privadas que transacionam com o executivo estadual; avocar a correição administrativa e conduzir o regime disciplinar dos servidores do Poder Executivo, quando necessário. A partir do Decreto Estadual nº 5.917/2019 a CGE, por meio da Corregedoria assume também o papel de normatizar as regras gerais da correição administrativa e do regime disciplinar dos servidores civis do Poder Executivo de modo a padronizar procedimentos para a atuação disciplinar.

Ademais, a Corregedoria-Geral atua no desenvolvimento e adoção de boas práticas e ações educativas, relativas à prevenção ao cometimento de irregularidades por agentes públicos e entes privados, colaborando para a eficiência do serviço público entregue pelo Estado do Tocantins.

OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

Outra importante linha de atuação da CGE está relacionada à ouvidoria e à transparência, que são instâncias responsáveis pelo acesso à informação, a conduta ética, a integridade e o controle social na Administração Pública e sua relação com a sociedade.

A Ouvidoria-Geral do Estado - OGE, funciona como importante instrumento para acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado do Tocantins. A sistemática de trabalho da Ouvidoria tem como base as normativas que tratam do acesso à informação e das ouvidorias, assim como as manifestações procedentes do banco de dados da Plataforma Fala.Br, ferramenta de Ouvidoria que permitem ao cidadão o registro dessas manifestações, garantindo a participação popular e contribuindo para o desenvolvimento da cultura de cidadania e o aprimoramento dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo.

As atividades do setor têm como base de referência e análise estatística todas as manifestações recebidas, quais sejam: denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações de informações e acionamentos diversos, possibilitando à Ouvidoria dar visibilidade do atendimento realizado pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, bem como das medidas e sugestões de correções necessárias à melhoria da prestação dos serviços públicos, fortalecendo assim, a transparência e o controle social.

A OGE também é o órgão responsável por coordenar e orientar tecnicamente o sistema estadual de ouvidorias do Poder Executivo Estadual, promovendo encontros técnicos e capacitações, além de fomentar a realização de estudos e pesquisas visando a produção e a disseminação do conhecimento em suas áreas de atuação.

Por fim, cabe ainda à Controladoria-Geral do Estado a gestão do Portal de Transparência do Estado do Tocantins que é atualizado diariamente e é a principal ferramenta de divulgação ativa e passiva de informações sobre servidores, convênios, licitações, contratos, obras, viagens a serviço, prestações de contas, receitas e despesas, dentre outros.

03 RESULTADOS ALCANÇADOS:

2018

Em 2018, no desempenho das atividades estabelecidas na legislação pertinente ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, foram executados os procedimentos de inspeção, fiscalização, auditoria e avaliação de resultados da gestão pública do Governo do Estado do Tocantins, dentre os quais destaca-se:

Foram instauradas 10 (dez) inspeções, com intuito de averiguar situações de riscos ocorridos nas diversas áreas de atuação da administração pública.

Realizadas 5 (cinco) fiscalizações in loco, com intuito de averiguar situações de risco, inconsistências, dar apoio técnico, realizar análise de procedimentos ocorridos nas mais diversas áreas de atuação da administração pública, originárias principalmente de solicitação dos próprios gestores ou determinadas pelo Ministério Público Estadual.

Instauradas 4 (quatro) auditorias, com intuito de verificar irregularidades ou situações que ensejaram investigação por esta Controladoria.

Instauradas 2 (duas) Tomadas de Contas Especial, com intuito de apurar/quantificar danos ao erário estadual e apontamento de responsabilidades, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Foram capacitados 421 (quatrocentos e vinte e um) servidores, através de Palestras, Seminários, Debates e Cursos, ministrados in loco nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual ou no auditório deste órgão, com o objetivo de habilitar os servidores públicos a desempenharem de forma satisfatória, eficiente e eficaz suas responsabilidades e o trato com o bem público, nas áreas de Tomada de Contas Especial, Convênios, Parcerias, Suprimento de Fundos, modalidades de licitação, formalização processual e Prestação de Contas de Ordenadores de despesas.

Capacitações:

- Curso de capacitação dos servidores da Secretaria da Cidadania e Justiça envolvidos na formalização processual, procedimentos de Adesão à Ata de Registro, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade – setembro 2018 – público: 30;
- Curso de capacitação dos técnicos da Secretaria da Cidadania e Justiça, Agência Tocantinense de Saneamento – ATS e Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura envolvidos na formalização e instauração de processo de Tomada de Contas Especial com intuito de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano em procedimentos ocorridos nas mais diversas áreas da Administração Pública Estadual – período de aplicação: março a outubro de 2018 – público: 70;
- Curso de capacitação e debate técnico com os servidores da Agência Tocantinense de Transportes e Obras; Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos; Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura; Secretaria da Saúde; Secretaria da Educação, Juventudes e Esportes; Secretaria da Agricultura e Pecuária; Secretaria da Fazenda e Planejamento; Instituto do Desenvolvimento Rural do Tocantins; Secretaria da Cidadania e Justiça; Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria do Trabalho e Assistência Social para discutir as diretrizes acerca dos Convênios e Parcerias no âmbito do Executivo Estadual normatizados através da publicação do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018 e Decreto Estadual nº 5.816, de 10 de maio de 2018 – maio/2018 – público: 40;
- Curso de capacitação para os servidores da Agência de Defesa Agropecuária, Secretaria da Cidadania e Justiça, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Polícia Militar e Secretaria da Saúde, envolvidos na formalização do processo de concessão, aplicação e Prestação de Contas de Adiantamentos/Suprimento de Fundos, assim como na operacionalização do sistema da CGPT de acompanhamento de adiantamentos – junho/2018 a novembro/2018 – público: 81;
- Curso de capacitação, palestra e debates com todos os órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, com os servidores das áreas de Contabilidade, Planejamento, Patrimônio, Almoxarifado, Financeiro e Recursos Humanos, envolvidos no processo de Prestação de contas dos Ordenadores de Despesas do exercício de 2018, com período de realização de 10 a 14/12/2018 – público total: 200.

Foram emitidos, publicados e enviados para conhecimento do público alvo, em maio de 2018, 35 (trinta e cinco) Relatórios Panorâmicos dos Órgãos e Entidades do Executivo Estadual.

O documento teve a finalidade de subsidiar os novos gestores na tomada de decisões, identificação de possíveis riscos e para possibilitar uma leitura técnica da situação a qual foi recebida a respectiva pasta.

Analisados e emitidos relatórios e pareceres de auditoria sobre 70 prestações de contas dos ordenadores de despesas do exercício de 2018. Analisados e emitidos Relatório do Órgão Central de Controle Interno das contas consolidadas do governo do estado do exercício de 2017.

Diariamente são atendidos os órgãos do poder executivo estadual em consultoria presencial ou via telefone, em apoio, tirando dúvidas, emitindo notas de orientações técnicas e opinativos através de ofícios. Também realizadas as emissões das minutas de decretos que resultaram na publicação dos decretos 5.815 e 5.816, os quais regulamentam convênios e parcerias no âmbito do executivo estadual.

Foram analisados 230 procedimentos, com emissão de pareceres técnicos ou despachos de análise, através de processos de despesas enviados para a Controladoria Geral do Estado, originário de todos os órgãos do executivo estadual, dando o suporte necessário para a realização das despesas e contratações dentro da legalidade e técnica.

Houve a elaboração da cartilha eleitoral e do manual de tomada de contas especial/2018.

A execução dessas ações de controle interno resultou em apontamentos do nosso trabalho alertando aos gestores públicos as devidas correções a serem promovidas no curso da sua administração, verificando a eficácia, eficiência e economicidade, aperfeiçoando a gestão para melhor atender a sociedade tocantinense.

No âmbito da Ouvidoria e Transparência, ampliou-se o canal de comunicação com a sociedade por meio da disponibilização de Aplicativo para celular *Android* e robô Carol na página do *Facebook*. Foi iniciado o Projeto Café com Transparência, a fim de ampliar o acesso à informação e promover o controle social aproximando a sociedade das atividades da instituição.

As atividades acima especificadas, no exercício de 2018, resultaram no aprimoramento da gestão pública, bem como melhores resultados na política de governo junto à sociedade.

2019

Dentre as principais atividades realizadas no ano de 2019, pela Controladoria-Geral do Estado destacaram-se a realização das análises dos Processos de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas das 65 (sessenta e cinco) unidades orçamentárias do Governo do Estado, contendo os relatórios de auditoria, acompanhados dos respectivos pareceres, e ainda, a elaboração do Relatório das Contas Consolidadas do Governador, ambos referentes ao exercício financeiro de 2018.

Ressalta-se ainda, dentre as atividades de controle interno, a elaboração de 33 (trinta e três) Relatórios Panorâmicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de cada área de gestão, que visam subsidiar os gestores na identificação de possíveis riscos (pontos de criticidade/vulnerabilidade) que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos das respectivas Pastas.

Fato relevante foi à incorporação da Corregedoria-Geral do Estado na unidade administrativa da Controladoria-Geral, na qual continuará atuando no combate à impunidade na Administração Pública Estadual, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos e das pessoas jurídicas. Atua também capacitando servidores para composição de comissões disciplinares, realizando seminários e oficinas com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas do exercício do Direito Disciplinar.

No quesito transparência, com o maior fomento ao controle social se ampliou a escuta ao cidadão. De janeiro a 16 de dezembro de 2019, foram 3.558 manifestações registradas pela Ouvidoria, com um percentual de mais de 93% de respostas a demandas. Além disso, neste mesmo período, foram 400.535 acessos ao Portal da Transparência, um aumento de aproximadamente 57,80% comparando com o mesmo período do ano anterior (253.821 acessos).

Na mesma temática, foram realizadas com êxito seis edições do projeto Ouvidoria Itinerante, sendo a primeira no Parque Cesamar, a segunda na Agrotins 2019, a terceira no Jardim Taquari, a quarta no setor Morada do Sol, a quinta na Região Norte de Palmas, e a sexta no setor Jardim Aurenny III, as quais contribuíram significativamente para ampliar o acesso da população aos canais de diálogo do Governo do Estado, oportunizando maior visibilidade da Ouvidoria, ampliando a

participação do cidadão na gestão pública, o que é um dos papéis dos órgãos de controle. Foram registradas manifestações variadas acerca dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, por meio da solicitação de informações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios.

Houve também a repactuação ao Programa de Fortalecimento das Ouvidorias – PROFORT, do Governo Federal, que incentiva o uso de tecnologia e a promoção de ações de capacitação relacionadas com o tema ouvidoria, e tem como objetivo aperfeiçoar a gestão de processos e a atuação integrada das ouvidorias em rede nacional. Com a adesão, ficou garantido o uso gratuito da Plataforma Fala.BR - maior sistema governamental que integra as atividades de ouvidoria (e-Ouv) e de acesso à informação (e-Sic), e a promoção de ações de capacitação para agentes públicos em matéria de ouvidoria e simplificação de serviços.

Ainda neste contexto da transparência, outro ponto evidenciado foi à operacionalização da “Carta de Serviços ao Usuário” de que trata a Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.919, de 25 de março de 2019, no qual tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou pela entidade, das formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Com a regulamentação, a CGE prestará orientação normativa e metodológica aos órgãos e entidades para a elaboração, publicação, monitoramento, avaliação e atualização da normativa. A Carta de Serviços ao Usuário da CGE foi elaborada e publicada, disponível para consulta no sítio institucional da Pasta.

Importante mencionar, a parceria firmada entre a CGE e o Tribunal de Contas do Estado – TCE/TO, com a adesão ao Projeto Agenda Cidadã 2019, que teve como tema “Governança e Tecnologia: desafios e oportunidades”, percorrendo os seguintes municípios-polos do Estado: Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Guaraí e Araguaína. O Projeto Agenda Cidadã teve um público de aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas e teve como objetivo levar orientações a prefeitos, vereadores e servidores quanto às boas práticas da administração pública, bem como oportunizar a participação da comunidade na fiscalização dos recursos.

Outra parceria firmada foi entre a CGE e o Ministério Público do Estado – MPE/TO, celebrada por meio de termo de doação, por meio da qual foram doados de 21 (vinte e um) equipamentos de informática em perfeito estado de conservação e funcionamento, com o intuito de melhorar o desempenho das atividades de auditoria, fiscalização, inspeção e avaliação de resultados

da CGE. A doação é fruto da substituição dos equipamentos de informática do MPE, que passaram por recente renovação.

Quanto ao desenvolvimento institucional, e com o intuito de melhorar a gestão administrativa da CGE, foi desenvolvido um sistema que permite identificar potencialidades e habilidades dos servidores, intitulado “Banco de Talentos”, ferramenta tecnológica para atender as necessidades gerenciais no que diz respeito à identificação de competências, fortalecendo a gestão do capital humano da instituição.

Já em relação à área de comunicação, foram feitas alterações no layout e adicionada novas funcionalidades ao sítio institucional da CGE, garantindo que tenha melhor desempenho, tendo em vista ser uma ferramenta fundamental para o acesso à informação, a transparência e ao controle social. A atualização das informações do sítio institucional é realizada de forma constante e até o final deste exercício estão previstas novas funcionalidades. Destacaram-se ainda: realização de levantamento e encaminhamento de informações à Secretaria da Comunicação - SECOM, para a criação dos elementos e dos produtos de comunicação que tragam a unidade da identidade visual do órgão, tais como placas e adesivos de identificação de portas e fachada; banners, quadros de avisos e backgrounds (plotagem de fundo de parede); ampliação da presença da CGE na mídia, por meio da produção de conteúdos para site, redes sociais (*Facebook e WhatsApp*) e rádio, além do acompanhamento desta presença, por meio da clipagem eletrônica das informações; criação da página da CGE no *Facebook*; e, a criação do grupo de *WhatsApp* do órgão para facilitar a comunicação interna.

Importante mencionar sobre o fortalecimento do Sistema de Controle Interno, ofertando por meio de instrutorias, em 2019, 408 (quatrocentas e oitos) vagas de capacitação técnica e treinamento a 367 (trezentos e sessenta e sete) servidores externos e 41 (quarenta e um) servidores internos do Poder Executivo Estadual, fortalecendo, desta maneira, o controle interno da gestão com vistas à salvaguarda dos recursos públicos, evitando-se perdas, mau uso e danos, cumprindo-se, por conseguinte, as normas legais. No total, foram realizados 13 (treze) ciclos de capacitações nas seguintes temáticas de controle interno: Tomada de Contas Especial; Suprimento de Fundos; Processo Eletrônico - SGD; Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico de Serviços de Engenharia; e, Licitação e Contratação de Obras Rodoviárias e Pavimentação Urbana.

Nesse mesmo sentido, além das temáticas do Sistema de Controle Interno, foi oportunizada capacitação técnica e treinamento nas áreas de ouvidoria, transparência, controle social e correição, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de competências e de gestão requeridas para o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição, construindo habilidades técnicas nas seguintes áreas: Oficina de Capacitação em Sindicância; Capacitação sobre a metodologia de realização das consultas públicas para elaboração do PPA 2020-2023; Gestão de Risco em Logística de Medicamentos; Elaboração de Termo de Referência; Análise das Minutas de termo de referência e edital de Licitação; Planejamento, Execução e Aditivos de Obras Públicas; Capacitação, Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro; A Reforma da Previdência e os Reflexos no Controle do Tribunal de Contas da União; Rede SICONV - Sistema de Convênios Federais - Atos Preparatórios e Execução; Treinamento para utilização da Plataforma Fala.BR; Treinamento para utilização da Plataforma Portal de Serviços do Governo do Estado; entre outros.

No total, somando-se todas as áreas de atuação da CGE, participaram das ações de capacitações e treinamentos 830 (oitocentos e trinta) agentes públicos, sendo 246 (duzentos e quarenta e seis) servidores internos e 584 (quinhentos e oitenta e quatro) servidores externos, configurando um resultado positivo para a gestão.

2020

Primeiramente, é importante mencionar que foi um ano de adversidades ocasionadas pela Covid-19 (novo Coronavírus). No entanto, Controladoria-Geral do Estado não mediu esforços para o cumprimento de sua missão institucional, contendo resultados satisfatórios das atividades desenvolvidas.

Inserida nesse novo cenário, a CGE no ano de 2020, realizou as análises dos Processos de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas das 67 (sessenta e sete) unidades orçamentárias do Governo do Estado, contendo os relatórios de auditoria, acompanhados dos respectivos pareceres, e ainda, a elaboração do Relatório das Contas Consolidadas do Governador, ambos referentes ao exercício financeiro de 2019.

Ressalta-se dentre as atividades de controle interno, a elaboração de 38 (trinta e oito) Relatórios Panorâmicos, que visam subsidiar os gestores na identificação de possíveis riscos (pontos

de criticidade/vulnerabilidade) que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos das respectivas Pastas.

Foram feitos 05 (cinco) relatórios de acompanhamento do gasto público, contendo informações acerca da situação dos gastos com educação, saúde, pessoal, sobre a dívida interna e externa, resultado primário e nominal, evolução da receita corrente líquida, análise do desempenho da receita e da despesa, dentre outros apontamentos de maior relevância para tomada de decisão dos gestores estaduais a frente dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

No que diz respeito às inspeções, foram instauradas 10 (dez), sendo 01 (uma) finalizada e 09 (nove) em andamento, consistindo em: 03 (três) inspeções no Sistema de Acompanhamento do PPA; 03 (três) inspeções nos Sistemas de Almoarifado e Patrimônio; 02 (duas) inspeções no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias; e, 02 (duas) em atendimento a demandas específicas, oriundas da Secretaria da Comunicação e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Ainda, certificou-se 14 (quatorze) Tomadas de Contas Especial, sendo: 05 (cinco) da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; 01 (uma) da Secretaria da Administração SECAD/FUNSAÚDE; e 08 (oito) da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins.

Com a finalidade de atendimento da demanda oriunda dos procedimentos inerentes às aquisições destinadas ao enfrentamento da Covid-19, foi elaborado o Guia de Orientações em Aquisição e Contratação Direta Destinadas ao Enfrentamento da Covid-19, que subsidiou os órgãos e entidades do executivo estadual.

Além disso, foram elaborados 203 (duzentos e três) pareceres técnicos, 51 (cinquenta e um) despachos decorrentes de análises processuais, 05 (cinco) relatórios de inspeção, 109 (cento e nove) relatórios de fiscalização e 09 (nove) relatórios técnicos, atendendo às demandas provenientes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões dos gestores estaduais.

No quesito transparência, com o maior fomento ao controle social se ampliou a escuta ao cidadão. Em 2020, a Ouvidoria-Geral do Estado - OGE registrou 5.104 atendimentos pelo canal do WhatsApp e 2.362 manifestações por meio da Plataforma FalaBR, com tempo médio de

resposta em 15,1 dias, atendendo ao prazo que rege a Lei Federal nº 13.460/2017, na qual estabelece um prazo de 30 (trinta) dias entre registro, análise, solução e resposta de uma demanda.

O Portal da Transparência teve sua interface e arquitetura de navegação modificada para melhor atender às demandas da sociedade para o exercício do controle social. O aperfeiçoamento contou com sugestões dos próprios usuários, coletadas em consulta pública realizada na edição Agrotins 2020 100% Digital. O Portal é a principal ferramenta de divulgação ativa de informações sobre servidores, convênios, licitações, contratos, obras, viagens a serviço, prestações de contas, receitas e despesas, com atualização diária. Em 2020, o sítio teve 200.972 acessos à página e 80.161 novos usuários. Todas as melhorias implementadas visaram facilitar o trabalho da sociedade no acompanhamento dos gastos públicos.

Fato relevante foi à criação do Portal Coronavírus, sincronizado com o Portal da Transparência, que promove o controle social na divulgação das ações relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Ainda neste contexto, outro ponto evidenciado foi o reconhecimento da gestão estadual como o 7º Estado, entre todas as unidades da Federação, no “Ranking Transparência no Combate à Covid-19”, promovido pela ONG Transparência Internacional - Brasil (TI), o qual saltou do conceito regular (56,9 pontos), em maio, para o ótimo (98 pontos) em setembro.

Na mesma temática, merece destaque a realização de vários eventos virtuais alcançados com êxito: 01 (uma) edição do projeto “Mecanismos de Fortalecimento do Controle Social na Administração Pública”; 01 (uma) edição do projeto “1 Roda de Conversa Virtual do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual”; 01 (uma) edição do projeto com interlocutores da OGE “1 Encontro On-line das Ouvidorias da Rede Estadual de Ouvidorias”; 02 (duas) edições do projeto “Encontro Estadual de Ouvidorias” com parceria da Controladoria-Geral da União; os quais contribuíram significativamente para ampliar o acesso da população aos canais de diálogo do Governo do Estado, oportunizando maior visibilidade e ampliando a participação do cidadão na gestão pública, o que é um dos papéis dos órgãos de controle.

Houve também a participação da CGE na 13ª edição do Projeto Agenda Cidadã, realizado de forma virtual, contabilizando mais de 7.000 (sete mil) acessos durante 06 (seis) encontros regionais. O evento, de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins contou com a parceria do Governo do Tocantins, por meio da Controladoria-Geral do Estado. O projeto trouxe o tema

“Desafio e União” e fomentou discussões sobre assuntos relacionados à prática da transparência na aplicação dos recursos públicos e prevenção dos excessos que podem ocorrer na Administração Pública. As atividades reuniram prefeitos, secretários municipais e servidores públicos, além da sociedade em geral. No tocante à correição, foram implementadas salas de audiências virtuais, onde foram realizadas 38 (trinta e oito) audiências neste novo formato.

Vale destacar a regulamentação da responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Estadual, de que trata a Lei Federal 12.846/2013, por meio da publicação do Decreto Estadual nº 6.105/2020.

Neste mesmo sentido, sobressai a publicação da Portaria CGE nº 123/2020/ GABSEC, que instituiu o fluxo das atividades referentes à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas no âmbito da Corregedoria-Geral do Estado, estabelecendo as rotinas de trabalho para o controle dos procedimentos apuratórios no âmbito da CGE, e a publicação da Portaria CGE nº 126/2020/ GABSEC, que instituiu o fluxo das atividades referente à responsabilização administrativa de agentes públicos no âmbito da Corregedoria-Geral do Estado, estabelecendo as rotinas de trabalho para o controle dos procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da CGE.

Houve a adequação aos procedimentos de escuta de crianças e adolescentes em conformidade com a Lei Federal nº 13.431/2017. Foram realizadas reuniões com os membros do Ministério Público/CAOPIJ responsável pela articulação da escuta, na rede no âmbito do Estado e com a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes e participação no Curso de Noções Introdutórias ao depoimento especial e escuta especializada ofertada pela ESMAT.

No dia do Servidor Público, foi lançada a Cartilha do Servidor Público. O instrumento é uma referência educativa no que concerne à conduta dos servidores públicos civis do Estado do Tocantins, em atenção ao regime disciplinar estadual. Tal iniciativa se orientou a partir da realidade identificada em levantamentos e estudos realizados pela Corregedoria-Geral do Estado, unidade estratégica vinculada à CGE, que apontaram para o desafio de se desenvolver ações que tenham como foco atitudes preventivas, uma vez que práticas repressivas não tiveram sua eficácia constatada na diminuição dos procedimentos administrativos disciplinares.

Importante mencionar, o fortalecimento do Sistema de Controle Interno, ofertando por meio de instrutorias, em 2020, vagas de capacitação técnica e treinamento aos servidores do Poder Executivo Estadual, na modalidade presencial e à distância (on-line), com vistas à salvaguarda dos

recursos públicos, evitando-se perdas, mau uso e danos, cumprindo-se, por conseguinte, as normas legais.

Inserida nesse contexto, além das temáticas do Sistema de Controle Interno, foram oportunizados capacitação técnica e treinamento nas áreas de ouvidoria, transparência, controle social e correição, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de competências e de gestão requeridas para o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição, construindo habilidades técnicas.

No total, somando-se todas as áreas de atuação da CGE, foram oportunizadas 836 (oitocentas e trinta e seis) vagas nas ações de capacitações e treinamentos para agentes públicos, certificadas pela Unidade Certificadora do Estado do Tocantins – UNICET, configurando um resultado positivo para a gestão.

2021

A atuação da Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno - SUGACI, esteve focada nas atividades de fiscalização, auditoria e prevenção à corrupção, cabendo frisar que as várias ações realizadas no ano de 2021, As atividades tiveram como objetivo demonstrar, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de Governo, em atendimento à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, bem como à própria Constituição Estadual. Certamente colaboraram para um destacado trabalho do setor. Foram realizadas as análises dos Processos de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas das 65 (sessenta e cinco) unidades orçamentárias do Governo do Estado, contendo os relatórios de auditoria, acompanhados dos respectivos pareceres, e ainda, a elaboração do Relatório das Contas Consolidadas do Governador, ambos referentes ao exercício financeiro de 2020.

Ressalta-se ainda a elaboração de 35 (trinta e cinco) Relatórios Panorâmicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de cada área de gestão, que visam subsidiar os gestores na identificação de possíveis riscos (pontos de criticidade/vulnerabilidade) que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos das respectivas pastas, e 05 (cinco) relatórios de acompanhamento do gasto público.

No que diz respeito às inspeções instauradas, são 24 (vinte e quatro), dentre elas no Sistema de Acompanhamento do PPA: a Secretaria o Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas);

Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), Secretaria da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (Seagro), da Saúde (SES), da Cidadania e Justiça (Seciju) e da Indústria, Comércio e Serviço (Sics). Nas inspeções nos Sistemas de Almoarifado e Patrimônio: Agência de mineração (Ameto), Agência de Metrologia (AEM), Corpo de Bombeiros (CBMTO) e Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Público (ATR); e Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias: Agência de Transporte e outras. No período, ainda certificou 08 (oito) Tomadas de Contas Especial, sendo: 02 (duas) da Agência Tocantinense de Saneamento; 01 (uma) na Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; e 05 (cinco) da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.

Além disso, foram elaborados 111 (cento e onze) pareceres técnicos, 90 (noventa) despachos decorrentes de análises processuais, 97 (noventa e sete) relatórios de fiscalização, 77 (setenta e sete) relatórios de auditoria, 25 (vinte e cinco) relatórios de inspeção, 72 (setenta e dois) pareceres de auditoria, 35 (trinta e cinco) relatórios panorâmicos, 06 (seis) certificados de auditoria atendendo às demandas provenientes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões dos gestores estaduais.

No que se refere às ações da Corregedoria-Geral, destaca-se a realização do curso sobre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para 99 (noventa e nove) servidores do Executivo Estadual, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública do Estado; participação dos servidores da Corregedoria-Geral do Estado, unidade administrativa da CGE-TO nos cursos de Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo; Indiciamento e Relatório Final no PAR; e Introdução Probatória. A COGE ofertou uma oficina sobre procedimentos investigativos para 359 (trezentos e cinquenta e nove) participantes e uma mesa de diálogo sobre violência laboral, assédio moral e sexual para especialmente pessoas que atuam nos RH dos órgãos do Executivo Estadual, tendo 317 (trezentas e dezessete) participantes, curso sobre enquadramento legal de condutas lesivas para 44 (quarenta e quatro) servidores/as, e o curso de processo administrativo disciplinar-PAD com 3 módulos, que foi finalizado em fevereiro de 2022.

Ainda no âmbito da correição, de janeiro a setembro, foram registrados 129 (cento e vinte e nove) atendimentos pela Corregedoria-Geral. Nesse quantitativo, contabilizou-se o recebimento de 38 (trinta e oito) denúncias referentes a servidores públicos, 08 (oito) contra pessoas jurídicas, 17 (dezessete) investigação preliminar servidores públicos, 01 (um) investigação preliminar pessoa jurídicas. Foram instaurados 41 (quarenta e um) processos administrativos disciplinares (PADs) e 18 (dezoito) termos de ajustamento de conduta (TACs), permitido nas situações de infrações

disciplinares de menor potencial ofensivo cometida por servidor público estadual. Isso foi possível mediante a publicação da Instrução Normativa CGE nº 02/2021, que regulamentou o Ajustamento de Conduta previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado (Lei nº 1.818/2007- artigo 147 e seguintes).

Importante destacar a realização de duas (02) inspeções ordinárias realizadas, sendo uma no Naturatins com objetivos funcionais e outra na ATS com objetivos de identificar procedimentos em relação as empresas privadas. Outro importante acontecimento, foi a participação, como Jurada nacional, da Corregedora-geral do Estado no II Concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias ocorrido entre outubro e novembro de 2021.

Na transparência, com o maior fomento ao controle social, se ampliou a escuta ao cidadão. No período de janeiro a 30 de novembro do ano de 2021, os dados da Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) indicam 2.281 (dois mil duzentos e oitenta e um) atendimentos pelo canal do WhatsApp e 581 (quinhentos e oitenta e um) atendimentos pela central 162 da Ouvidoria; 4.408 (Quatro mil e quatrocentos e oito) manifestações por meio da Plataforma Fala.BR, com tempo médio de resposta de 15 dias, atendendo em menor tempo o prazo que rege a Lei Federal nº 13.460/2017, na qual se estabelece um período de 30 (trinta) dias entre registro, análise, solução e resposta de uma demanda. O Módulo de Acesso à informação foi integrado à Plataforma Fala.Br Tocantins, contando com o Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic), realizado por meio do Sistema de Gestão de Ouvidorias (SGO). O usuário pode acessar diretamente a plataforma quanto aos pedidos de acesso às informações públicas. A iniciativa facilita os mecanismos de participação dos usuários no campo da transparência pública promovidos pelo Governo do Tocantins, o que ocorre por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-TO), órgão que é responsável pela Ouvidoria-Geral do Estado (OGE).

De janeiro a 30 novembro foram contabilizados os seguintes dados: 1.569 (mil quinhentos e sessenta e nove) pedidos de Acesso à Informação pelo e-SIC (SGO e e-mail) dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; Atendimentos pelo canal do whatsapp da Ouvidoria-Geral; 100 (cem) Relatórios dinâmicos trimestrais de ouvidoria e acesso à informação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; 770 (setecentos e setenta) Informativos de monitoramento semanal de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; 06(seis) Treinamentos de equipe externa sobre uso da Plataforma Fala.Br e SGO; 03 (três) Reuniões virtuais de articulação com conselhos de políticas públicas; 33.866 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis) Número de acesso ao sítio da Ouvidoria; 27.573 (vinte e sete mil quinhentos e setenta e três) Usuários do sítio da Ouvidoria; 27.433 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e três) novos

usuários do sítio da Ouvidoria; 76.561 (setenta e seis mil quinhentos e sessenta e um) Acesso de usuários ao sítio da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; 32.711 (trinta e dois mil setecentos e onze) Usuários do sítio da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; 31.861 (trinta e um mil oitocentos e sessenta e um) Novos Usuários do sítio da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; 302.749 (trezentos e dois mil setecentos e quarenta e nove) Acesso de usuários ao Portal da Transparência; 99.479 (noventa e nove mil quatrocentos e setenta e nove) Usuários do Portal da Transparência; 96.444 (noventa e seis mil quatrocentos e quarenta e quatro) Novos usuários do Portal da Transparência; 05 (cinco) Análise dos Portais da Transparência dos Municípios do Tocantins.

No âmbito da ouvidoria e do controle social, destaca-se a articulação da rede estadual de ouvidorias com a realização de reuniões virtuais com as unidades setoriais instaladas nas pastas do executivo estadual. A participação das reuniões de conselhos de políticas públicas **onde recebeu do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente uma Moção de Aplauso** pela iniciativa, por estar promovendo o diálogo com estas instâncias, visando fomentar a participação social na construção da democracia. Foi elaborado e publicado o guia metodológico para elaboração das cartas de serviços aos usuários dos serviços públicos. Ainda, a publicação do Decreto Estadual nº 6.312/2021 que regulamentou a Lei nº 13.460/2017, que trata sobre a participação, proteção e defesa do usuário dos serviços públicos da administração pública, e, ainda, criou o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual; a publicação da Instrução Normativa CGE Nº 04/2021, que dispões sobre o exercício das competências da Ouvidoria-Geral do Estado e das unidades setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual.

Importante mencionar, a realização e/ou participação em encontros presenciais e virtuais da CGE/TO: XVII Encontro Nacional de Controle Interno, em Curitiba, no Paraná, uma iniciativa do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) com a Controladoria-Geral do Paraná (CGE-PR); a realização de palestra sobre Controle Social e Transparência em encontro de novos gestores, promovido pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM); a apresentação de relatório preliminar sobre indicações da situação fiscal do Estado do Tocantins, participação on-line, em reunião entre as pastas para discutir capacitação sobre a nova Lei de Licitações que entrou em vigor no início do mês de abril do ano corrente, promovida pelo Governo do Tocantins, por meio da Controladoria-Geral do Estado, pelo Secretário-Chefe, Senivan Almeida de Arruda.

No que se refere à qualificação técnica, é uma das principais estratégias adotadas pelo Governo do Tocantins para a boa gestão do gasto público. Só nesse período, 2.966 (dois mil novecentos e sessenta e seis) servidores públicos foram contemplados com capacitações realizadas

pela Controladoria ou por meio de gestão do órgão. Parte desse total recebeu as capacitações da própria Controladoria que, além de servidores do Poder Executivo Estadual, também atenderam o Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO), a Defensoria Pública do Estado (TCE-TO), o Ministério Público do Estado (MPE-TO), a Prefeitura de Gurupi, e para servidores da Secretaria da Administração (SECAD) e Agência de Tecnologia da Informação (ATI).

Quanto à temática dos cursos realizados pela CGE-TO, foram nas áreas de: Gestão e Fiscalização de Contratos no Âmbito da Administração Pública; Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas do Poder Executivo Estadual; Suprimento de Fundos; Infrações e atos lesivos cometidos por entes privados; Sistema de Gestão de Documentos (SGD); Aplicabilidade do Termo de Ajustamento de Conduta para Infrações Disciplinares; Checklist: identificação da Prática de Infração ou Ato Lesivo por Ente Privado; SGD Sistema de Gestão de Documentos; Enquadramento Legal de Condutas Lesivas; Processo Administrativo Disciplinar à luz da Lei nº 1818/2007; Análises dos Demonstrativos da Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas; Nova Lei de Licitações e Contratos, realizado pelo Tribunal de Contas em junho, resultado de articulação da CGE-TO por meio da parceria com o TCE-TO e também todos os demais disponibilizados na 1ª Semana da Controladoria.

Vale destacar a realização da 1ª Semana da Controladoria: promovendo a governança, com o objetivo de fomentar a governança, promovendo discussões, troca de experiências e debates em torno das temáticas do controle interno, da transparência, do controle social, da ouvidoria e da correição. Recebeu mais de 8.089 (oito mil e oitenta e nove) visualizações no canal do YouTube, CGE Tocantins em parceria com a Secretaria da Fazenda por meio da EGEFAZ (Escola de Gestão Fazendária) e a Secretaria da Comunicação (SECOM). Foram contabilizados 1.189 (mil cento e oitenta e nove) likes, um percentual que representa manifestação positiva de 99,4% das interações na plataforma. O canal ganhou nesse período 478 (quatrocentos e setenta e oito) novos inscritos, o que fortalece a ferramenta como um importante meio a ser mais fortemente aproveitado para a ampliação do alcance das atividades de formação e capacitação do órgão. A programação aconteceu nos dias 14 a 17 de setembro, contando com 851 (oitocentos e cinquenta e um) inscritos, dos quais 740 (setecentos e quarenta) são participantes de 74 (setenta e quatro) municípios tocantinenses, e 111 (cento e onze) de outros estados, como Mato Grosso, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Por todos estes avanços até agora conquistados pela CGE, o nosso objetivo que também se constitui um desafio, é continuar investindo na qualidade dos serviços prestados ao Governo do Estado e à sociedade, na diretiva da boa governança.